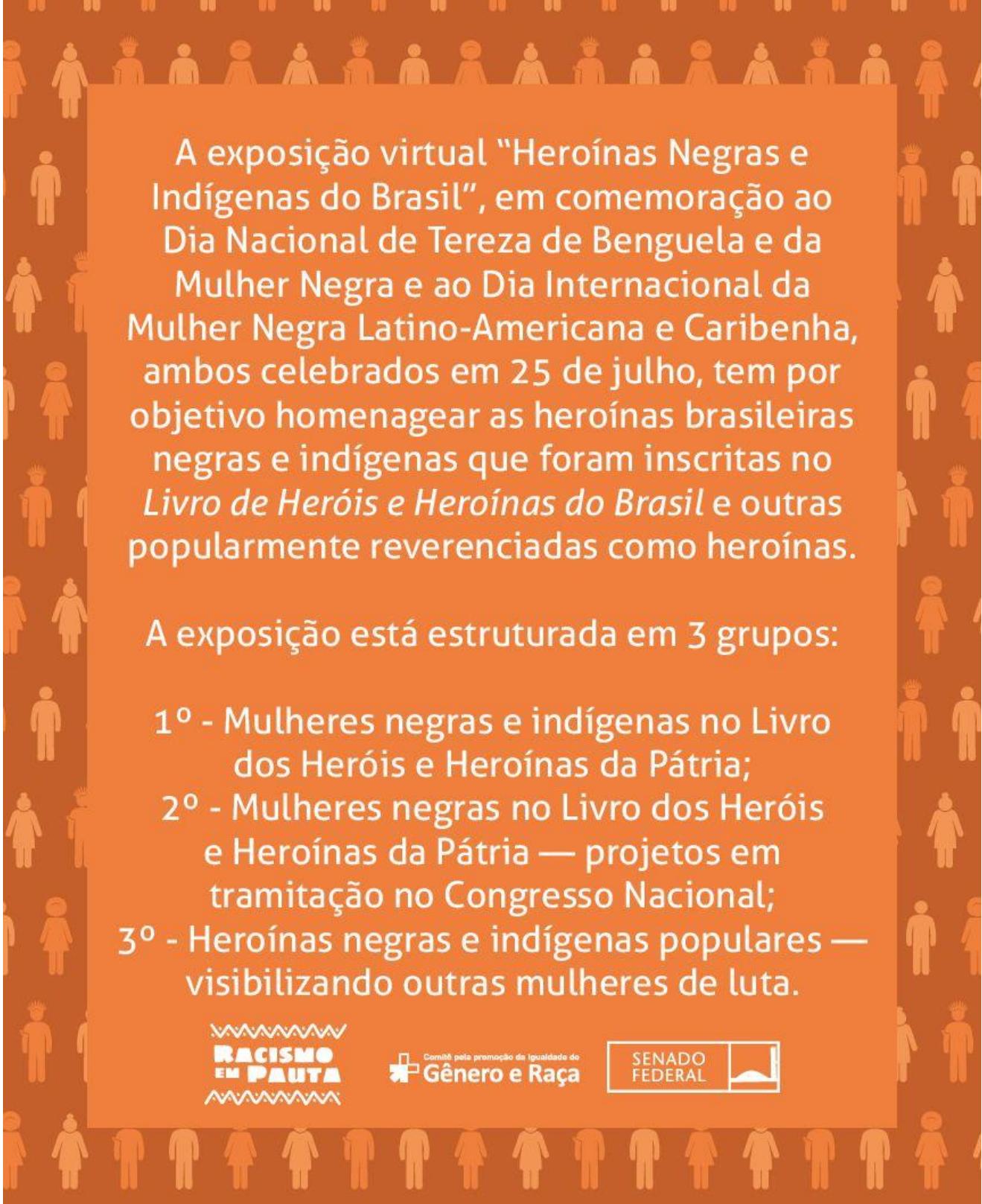




Exposição Virtual

Heroínas Negras e Indígenas do Brasil



A exposição virtual “Heroínas Negras e Indígenas do Brasil”, em comemoração ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra e ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, ambos celebrados em 25 de julho, tem por objetivo homenagear as heroínas brasileiras negras e indígenas que foram inscritas no *Livro de Heróis e Heroínas do Brasil* e outras popularmente reverenciadas como heroínas.

A exposição está estruturada em 3 grupos:

- 1º - Mulheres negras e indígenas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria;
- 2º - Mulheres negras no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria — projetos em tramitação no Congresso Nacional;
- 3º - Heroínas negras e indígenas populares — visibilizando outras mulheres de luta.





DANDARA DOS PALMARES – Inscrita no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, a partir do Projeto de Lei 3.088/2015, de iniciativa da deputada Tia Eron, transformado na [Lei 13.816, de 24 de abril de 2019](#). Guerreira do período colonial do Brasil, Dandara foi esposa de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, com quem teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogítom. Dandara contrariava o modelo feminino do seu tempo. Além de executar serviços domésticos, plantava, trabalhava na produção de farinha de mandioca e caçava. Dominava técnicas de capoeira, empunhava armas e teria lutado ao lado de homens e mulheres nas muitas batalhas decorrentes de ataques a Palmares. Grande estrategista, auxiliava Zumbi na concepção dos planos de defesa do Quilombo. Obstinada pela liberdade, Dandara contribuiu com toda a construção da sociedade de Palmares e para sua organização socioeconômica, política, familiar. (Trechos da Justificativa do Projeto de Lei 3.088/2015).

Para saber mais, consulte: a) Projeto de Lei da Câmara 3088/2015 (PLC 55/2017 durante tramitação no Senado); b) Portal Geledés; c) ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. Ed. Pólen. 2017. Foto: Portal Geledés (Grupo 1 - Mulheres Negras e Indígenas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria)



CLARA CAMARÃO – Inscrita no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, a partir do Projeto de Lei 3.684/2012, de iniciativa da deputada Sandra Rosado, transformado na [Lei 13.422, de 27 de março de 2017](#). Natural da então Capitania do Rio Grande, hoje Estado do Rio Grande do Norte, Clara Camarão nasceu no início do século 17, na margem direita do rio Potengi, onde habitavam os índios Potiguares, num local denominado Aldeia Velha que atualmente constitui-se num dos bairros de Natal, o bairro de Igapó. Clara Camarão é considerada uma das precursoras do feminismo no Brasil por ter rompido a barreira da divisão de trabalhos na tribo, ao afastar-se dos trabalhos domésticos para participar das batalhas ao lado de seu marido nas invasões de Olinda e do Recife. As tropas do príncipe Maurício de Nassau já haviam incendiado Olinda quando Clara, à frente de seu exército de índias potiguares, combateu os holandeses com uma bravura sem limites. Ela também teve atuação decisiva na luta contra os holandeses durante a colonização da cidade de Porto Calvo, no Estado de Alagoas, em 1637. A última luta de Clara Camarão ao lado do marido foi na primeira Batalha dos Guararapes, decisiva para a vitória luso-brasileira contra as tropas holandesas, em 1648 (Trechos da Justificativa do PL 3.684/2012).

Para saber mais, consulte: a) Projeto de Lei da Câmara 69/2013 (PLC 69/2013 durante tramitação no Senado); b) Site do Observatório Terceiro Setor. Foto: Observatório do Terceiro Setor (Grupo 1 – *Mulheres Negras e Indígenas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*)



MARIA FELIPA DE OLIVEIRA – Inscrita no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, a partir do Projeto de Lei 535/2011, de iniciativa do senador Walter Pinheiro, transformado na [Lei 3.697, de 26 de julho de 2018](#). Ligada à resistência às diversas investidas portuguesas para tomar e ocupar a Ilha de Itaparica durante a Guerra de Independência, temos a figura ímpar de Maria Felipa de Oliveira. Ainda há pouco considerada como personagem lendária, a atuação histórica de Maria Felipa vem sendo reconhecida por diversos pesquisadores, que explicam o esquecimento que lhe impôs a historiografia tradicional pelo fato de ter sido não apenas uma mulher pobre, mas também negra. Consideram esses pesquisadores que têm esteio na realidade dos fatos as histórias transmitidas oralmente por gerações de itaparicanos a respeito de uma mulher negra, líder em sua comunidade pesqueira, que comandou mulheres e homens na luta contra os colonialistas, chegando a ponto de atear fogo, à socapa, a mais de uma embarcação inimiga. Constatamos hoje que a figura de Maria Felipa se incorporou ao imaginário da população baiana, passando a representar a participação, na heroica guerra de Independência, de um dos segmentos que sofrem maior exclusão socioeconômica e discriminação, o das mulheres negras (Trechos da Justificativa do Projeto de Lei do Senado (PLS) 535/2011).

Para saber mais, consulte: a) Revistaraca.com.br; b) Portal Geledés; c) ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. Ed. Pólen. 2017. (Grupo 1 - *Mulheres Negras e Indígenas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*)



LUIZA MAHIN – Inscrita no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, a partir do Projeto de Lei 3.088/2015, de iniciativa da deputada Tia Eron, transformado na [Lei 13.816, de 24 de abril de 2019](#). Luiza Mahin esteve envolvida na articulação de todas as revoltas e levantes de escravos que ocorreram na então Província da Bahia nas primeiras décadas do século 19, tendo se destacado por sua atuação na Revolta dos Malês, em 1835. Mãe do poeta e advogado abolicionista Luiz Gama, foi descrita pelo filho como uma africana livre, de baixa estatura, magra, bonita, preta retinta com dentes alvos, altiva, geniosa e nagô (como os africanos de origem iorubá eram chamados na Bahia colonial). Segundo essa mesma fonte, Luiza teria nascido por volta de 1812, no antigo Daomé (atual Benin), Costa da Mina, um dos portos que viveu intenso tráfico negreiro entre os séculos 16 e 19. Teria chegado à Bahia na condição de escrava, mas, na África, era uma princesa (Trechos da Justificativa do Projeto de Lei 3.088/2015).

Para saber mais, consulte: a) Fundação Cultural Palmares; b) Site: <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/11/10/luiza-mahin-e-a-consciencia-negra/>; c) Projeto de Lei da Câmara 55/2017 (PLC 55/2017 durante tramitação no Senado). Foto: Portal Geledés (Grupo 1 - *Mulheres Negras e Indígenas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*)



ANTÔNIA ALVES FEITOSA (JOVITA FEITOSA) – Inscrita no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, a partir do Projeto de Lei 3.683/2012, de iniciativa da deputada Sandra Rosado, transformado na [Lei 13.423, de 27 de março de 2017](#). Jovita Alves Feitosa foi voluntária nas tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai. O *Dicionário de Mulheres do Brasil – de 1500 até a Atualidade* a classifica como heroína e adianta que não há consenso quanto ao local onde nasceu, no Estado do Piauí ou do Ceará, que sua história é envolta em mistério, assim como sua morte, em 1867. Nascida em 8 de março de 1848, Jovita é conhecida pela bravura e destemor com que, aos 17 anos de idade, se preparou para lutar na Guerra do Paraguai, apesar do machismo e das convenções sociais da época. Conta-se que, disfarçada de homem, com os cabelos cortados e usando um chapéu de couro, foi à capital, onde se agrupavam os Voluntários da Pátria, alistar-se para ir à guerra. Jovita tornou-se, no Rio, personalidade pública e notória. Todos queriam saber da mulher do Piauí que queria ir à guerra. Foi aclamada pelo povo e recebeu inúmeras homenagens, discursos e admirações devido à sua atitude patriótica. Apesar do clamor, o então ministro da Guerra, Visconde de Cairu, expediu um ofício negando-lhe permissão para a frente de combate e dando-lhe apenas o direito de agregar-se ao Corpo de Mulheres que iria prestar serviços compatíveis com a natureza feminina (Trechos da Justificativa do Projeto de Lei (PL) 3.683/2012).

Para saber mais, consulte: a) KELMA, Matos. *Perfil Jovita Feitosa*. TV Assembleia Ceará. Disponível em www.youtube.com/watch?v=HyCVdFcnJ9A; b) Projeto de Lei da Câmara 122/2013 (PLC 122/2013 durante tramitação no Senado). Foto: Histórias não (ou mal) contadas; Revoltas, golpes e revoluções no Brasil - TRESPACH, R. (Grupo 1 – Mulheres Negras e Indígenas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria)



ESPERANÇA GARCIA – Projeto de Lei 3.772/2019, de iniciativa da deputada Margarete Coelho, propõe a inscrição do nome de Esperança Garcia no *Livro de Heróis e Heroínas da Pátria*. Esperança Garcia viveu na capitania de São José do Piauí na segunda metade do Século 18. Foi reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil como a primeira advogada piauiense, por ter peticionado ao governador da época denunciando maus-tratos a si, a suas companheiras e a seus filhos, bem como noticiando sua separação do marido e o impedimento de batizar os filhos. Esperança Garcia manifestou sua qualidade de intérprete da escravidão e do direito português, entendendo que, mesmo na condição de escravizada, a aceitação do cristianismo e o reconhecimento da autoridade portuguesa eram prerrogativas que permitiriam recorrer ao direito português nos casos de excessos dos senhores e, em caso de conversão ao cristianismo, prerrogativa de construir laços matrimoniais e de batismo. A habilidade de usar o letramento como potencial reivindicatório, expondo no papel suas necessidades, relacionando-as com o contexto jurídico-administrativo e religioso mais amplo da época, evidencia Esperança Garcia como símbolo de resistência ao regime escravocrata brasileiro (Trechos da Justificativa do PL 3.772/2019).

Para saber mais, consulte: a) Site: <https://esperancagarcia.org>; b) ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. Ed. Pólen. 2017. Foto: Dossiê Esperança Garcia (Grupo 2 – Mulheres Negras no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria – Projetos em Tramitação no Congresso Nacional)



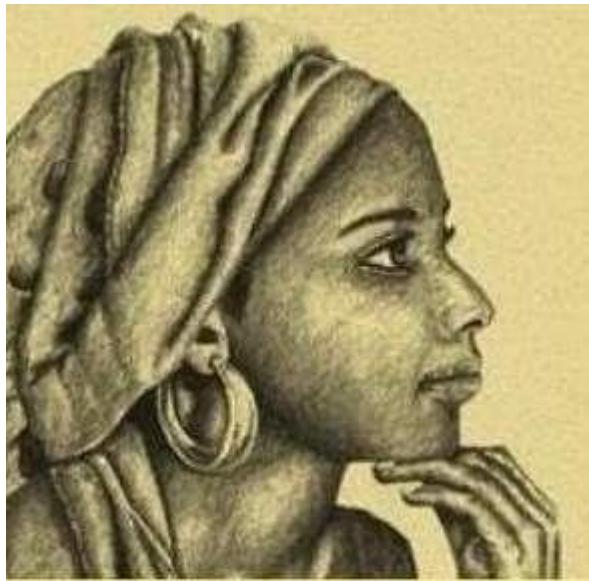
MARGARIDA MARIA ALVES – Projeto de Lei 4.288/2016, de iniciativa da deputada Maria do Rosário, propõe a inscrição do nome de Margarida Maria Alves no *Livro de Heróis e Heroínas da Pátria*. Margarida Maria Alves nasceu em agosto de 1933. Sindicalista, esteve à frente de mais de 600 ações trabalhistas e realizou diversas denúncias ainda sob o signo da ditadura militar. Filha mais nova de uma família de nove irmãos, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural e foi eleita presidente do sindicato rural de Alagoa Grande em 1973, por meio do qual lutou pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais, à época bastante restritos quando comparados aos dos trabalhadores urbanos. Sua atuação contrariou os interesses do proprietário da maior usina de açúcar local, bem como de senhores de engenho e de fazendeiros da região. Margarida, que três meses antes de ser assassinada disse que seria “melhor morrer na luta do que morrer de fome”, teve sua vida tirada por um assassino de aluguel com um tiro no rosto. Hoje Margarida nomeia a marcha organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que acontece em Brasília sempre no dia 12 de agosto, data de sua morte em 1983. A primeira edição, em 2000, reuniu cerca de 20 mil agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas de todo o Brasil. A marcha também foi realizada nos anos de 2003, 2007, 2011 e 2015, e a quinta edição reuniu cerca de 100 mil manifestantes, fazendo desta a maior manifestação pelos direitos das mulheres no mundo (Trechos da Justificativa do PL 4.288/2016).

Para saber mais, consulte: a) Projeto de Lei da Câmara 63/2018 (PLC 63/2018 durante tramitação no Senado); b) Site: www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens; c) Observatório Terceiro Setor. Vídeo: Você conhece? Margarida Maria, a Líder sindical defensora dos direitos humanos no Brasil. Foto: Wikipédia (Grupo 2 – Mulheres Negras no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria – Projetos em Tramitação no Congresso Nacional)



AQUALTUNE – Era princesa e guerreira, filha do rei do Congo. Foi capturada após derrota de seu povo contra invasores, levada presa e traficada para o Brasil, chegando a Recife em 1597, mesmo ano em que um grupo de 40 pessoas negras formou o que seria o Quilombo dos Palmares. Assim que tomou conhecimento desses relatos, decidiu comandar uma fuga para o mesmo destino. Apesar de ser pouco retratada nos livros, ela foi importante para a história de resistência da população negra no sistema escravocrata (Negras, 2016).

Para saber mais, consulte: a) Blogueiras Negras. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/12428/conheca-aqualtune-avo-de-zumbi-dos-palmares>, 2016. Acesso em 03/04/2020; b) ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. Ed. Pólen. 2017. Foto: Blogueiras Negras (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares - Visibilizando outras Mulheres de Luta)



ZACIMBA GABA – Era princesa de Cabinda, em Angola, e veio forçada para o Brasil na condição de escrava. Durante anos, Zacimba foi cruelmente castigada por não aceitar atender os desejos do fazendeiro. Espalhou-se o boato de que era uma princesa em sua terra natal e que o senhor da fazenda, arrastando-a da senzala até a casa grande, a interrogou se era verdade. Após intensos maus-tratos, confessou que era Zacimba Gaba, princesa da nação de Cabinda. A resistência das pessoas à condição de escravidão foi realizada de várias formas, e uma delas era lançando mão de veneno de cobra aos poucos na alimentação. Anos depois, o senhor da fazenda caiu envenenado. Zacimba deu a ordem para os escravos da senzala invadirem a fazenda, fugiu com outros negros e criou o seu próprio quilombo. Morreu como uma princesa guerreira, invadindo um navio para libertar seu povo (Garcia, 2018).

Para saber mais, consulte: a) GARCIA, Maria Fernanda. *A Princesa de Angola escravizada no Brasil que lutou por seu Povo*. História, 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/a-princesa-de-angola-escravizada-no-brasil-que-lutou-por-seu-povo/>, acesso em 09/04/2020; b) ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. Ed. Pólen. 2017. Foto: Observatório do Terceiro Setor (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares - Visibilizando outras Mulheres de Luta)



MADALENA CARAMURU – Era filha da índia Moema e do português Diogo Álvares Corrêa. Foi a primeira mulher brasileira a ser alfabetizada. Ela aprendeu a ler e a escrever com o seu marido, Afonso Rodrigues, de Portugal. No dia 26 de março de 1561, escreveu uma carta ao padre Manoel da Nóbrega reivindicando tratamento digno às crianças escravizadas. Em homenagem a Madalena, os Correios lançaram um selo que simboliza a luta pela alfabetização da mulher no Brasil, em 14 de novembro de 2001 (GELEDES, 2018).

Para saber mais, consulte: GELEDES. Biblioteca em Nova York homenageia mulheres brasileiras. *Questões de Gênero*. 2018; b) www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/0W1e/Primeira_Mulher_Alfabetizada_No_Brasil, acesso em 13/07/2020. Foto: Selos e Cédulas Carneiro (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares - Visibilizando outras Mulheres de Luta)



BARTIRA – Filha do cacique Tibiriçá, o mais importante líder indígena da capitania de São Vicente, foi batizada com o nome de Isabel Dias. Segundo historiadores, a sua união com o português João Ramalho, posteriormente confirmada pelo padre Manuel da Nóbrega, foi considerada estratégica tanto para o domínio português, viabilizando o processo de colonização, quanto para o cacique Tibiriçá, na disputa de território com outras etnias (*Biografia de Mulheres. Bartira (séc. XVI)*).

Para saber mais, consulte: a) *Biografia de Mulheres. Bartira (séc. XVI). Mulher – 500 anos atrás dos panos*. Disponível em www.mulher500.org.br/bartira-sec-xvi; b) DUARTE, Marcelo. *Índios que fizeram história*. 2019. Disponível em www.guiadoscuriosos.com.br/personalidades/indios-que-fizeram-historia/, acesso em 13/07/2020. Foto: Escultura João Batista Ferri (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares - Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



ROSA EGIPCÍACA – Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, africana, da Costa do Mina, chegou ao Brasil na condição de escrava aos 6 anos de idade, em 1725. Foi a primeira mulher negra a escrever um livro no Brasil, do qual restaram apenas algumas páginas. Ela viveu 20 anos no Rio de Janeiro, depois 18 anos em Minas Gerais, retornando ao Rio de Janeiro em 1751, quando foi enviada para os Cárceres do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa (Luiz Mott).

Para saber mais, consulte: a) Revista Fórum Identidades. *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz: o Lado Avesso da História*; b) Blog Luiz Mott, Artigo: *Rosa Egipcíaca – uma santa africana no Brasil*. Disponível em <https://luizmottblog.wordpress.com/artigos/rosa-egipciaca-uma-santa-africana-no-brasil>. Foto: Terreiro de Griôs (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares - Visibilizando outras Mulheres de Luta*)

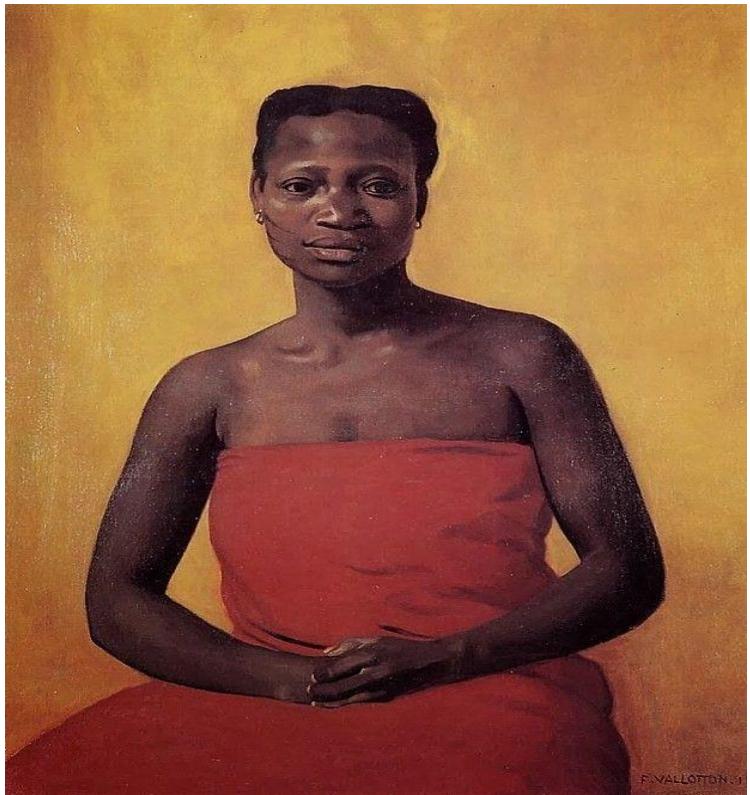
MARIA ARANHA

Autora: Jarid Arraes



FELIPA MARIA ARANHA – Nasceu entre 1720 e 1730, foi escravizada ainda jovem, em 1740. Enviada para trabalhar em uma fazenda escravagista de plantação de cana de açúcar, em Cametá, conseguiu escapar e formar um dos quilombos mais bem estruturados do Brasil, localizado entre Grão-Pará e Tocantins, nas cabeceiras do rio Itapicuru, no Pará. Felipa era a líder do Quilombo Mola, constituído por mais de 300 pessoas, que viveram ali por vários anos sem serem ameaçadas. Sua liderança militar e política lhe possibilitou estruturar uma entidade composta por cinco quilombos, a Confederação do Itapocu, que impôs severas derrotas às forças escravagistas (Nossa Política, 2019).

Para saber mais, consulte: a) NOSSA POLITICA, História. *18 Mulheres Negras que lutaram contra a Escravidão*. Disponível em <https://nossapolitica.net/2019/03/mulheres-que-lutaram-escravidao>; b) MOURA, Clovis Moura. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. Assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Foto: Cordel Jarid Arraes - Felipa Maria Aranha (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



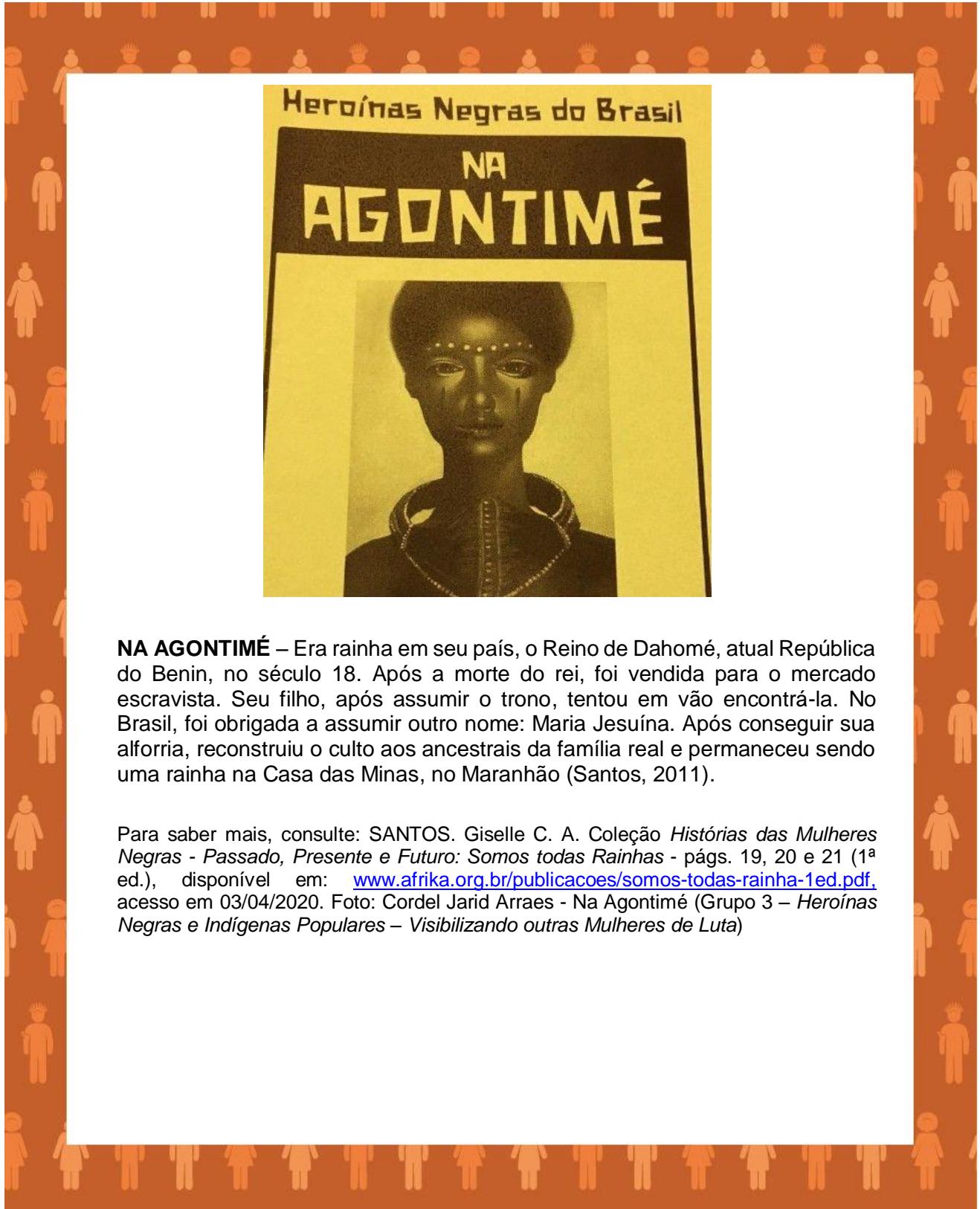
TEREZA DE BENGUELA – Pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 23/ 2009, de iniciativa da senadora Serys Slhessarenko, transformado na [Lei 12.987, de 2 de junho de 2014](#), foi criado o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, a ser comemorado todo dia 25 de julho. Tereza de Benguela viveu na histórica cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi a primeira capital de Mato Grosso, localizada às margens do rio Guaporé. Foi líder quilombola no século 18, mas não se sabe ao certo se nasceu em Benguela, Angola, ou no Brasil. Ela assumiu o comando do quilombo após a morte de seu marido, José Piolho, tornando-se uma líder implacável e obstinada. Sob sua administração, o quilombo cresceu e prosperou, desenvolvendo agricultura para a própria subsistência e comercialização. Sob sua liderança, o quilombo resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770 (Trechos da justificativa do Projeto de Lei do Senado (PLS) 23/2009).

Para saber mais, consulte: a) Portal Geledes; b) ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. Ed. Pólen. 2017. Foto: Pinterest (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



EVA MARIA DO BONSUCESSO – Em 1811, Eva Maria do Bonsucesso era uma mulher negra alforriada e empreendedora, vendia frutas e hortaliças em um tabuleiro na calçada da rua da Misericórdia, no Rio de Janeiro. Um dia, passa uma cabra que avança sobre o seu tabuleiro, levando bananas e um maço de couves. Era dali o seu sustento e de seus filhos, então, não se intimidou e perseguiu a cabra. Quando Eva alcançou a cabra, o seu dono, um homem branco e amigo de Dom Pedro I, José Inácio de Sousa, a esbofeteou e Eva revidou. O caso foi parar na Justiça, mas 30 pessoas testemunharam a seu favor, e o dono da cabra foi preso. Inusitado, esse é um caso raro na justiça da época, século 19, e ainda quando vigente o sistema escravista, em que uma pessoa negra vence uma contenda contra um senhor branco. A história de Eva Maria do Bonsucesso integra o *Livro Heroínas Negras*, de Jarid Arraes, publicado em 2017, pela editora Pólen.

Para saber mais, consulte: a) GOMIDE, Tiago. History. *Tá na História. A história da escrava que desafiou um amigo de Dom Pedro I*; b) ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017. Foto: Pinterest (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



NA AGONTIMÉ – Era rainha em seu país, o Reino de Dahomé, atual República do Benin, no século 18. Após a morte do rei, foi vendida para o mercado escravista. Seu filho, após assumir o trono, tentou em vão encontrá-la. No Brasil, foi obrigada a assumir outro nome: Maria Jesuína. Após conseguir sua alforria, reconstruiu o culto aos ancestrais da família real e permaneceu sendo uma rainha na Casa das Minas, no Maranhão (Santos, 2011).

Para saber mais, consulte: SANTOS. Giselle C. A. Coleção *Histórias das Mulheres Negras - Passado, Presente e Futuro: Somos todas Rainhas* - págs. 19, 20 e 21 (1^a ed.), disponível em: www.afrika.org.br/publicacoes/somos-todas-rainha-1ed.pdf, acesso em 03/04/2020. Foto: Cordel Jarid Arraes - Na Agontimé (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta)



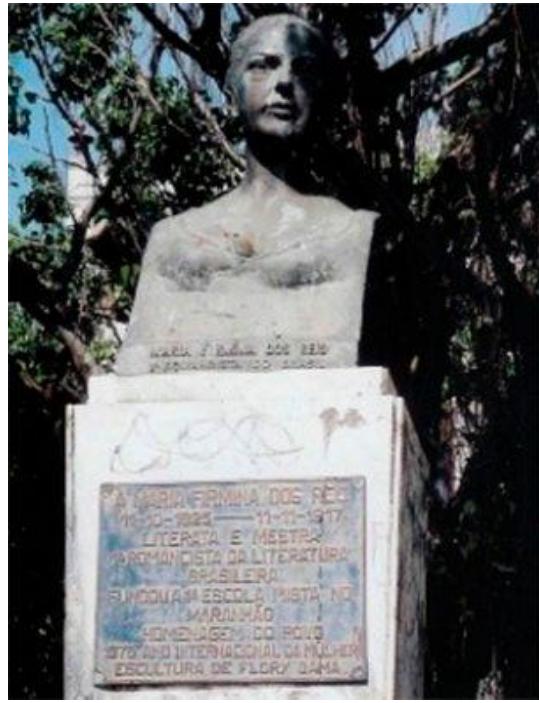
ZEFERINA – Veio para o Brasil ainda criança, na condição de escravizada, de Angola para Salvador, na primeira metade do século 19. Para a história passada de geração em geração, Zeferina faz parte da história da Bahia. Fundou o Quilombo do Urubu na região do subúrbio de Salvador. Foi guerreira e fez resistência para sua proteção e de seu povo, lutou contra as tropas policiais e, num desses embates, foi levada presa e morreu na prisão. Seus restos mortais foram sepultados em algum lugar do bairro Cabula, em Salvador (Barbosa, 2004).

Para saber mais, consulte: BARBOSA, Silvia. *O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu*, págs. 24 e 25, disponível em: www.periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/2263/2158. Foto: Cordel Jarid Arraes - Zeferina (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta)



MARIANA CRIOULA – Era uma mulher escravizada que nasceu no Brasil, em Paty de Alferes, Vassouras (RJ). Exerceu as funções de costureira e mucama da casa grande. Em 1838, se deu a maior fuga de escravos da história fluminense, e o foco principal estava na fazenda Maravilha. A fuga fora liderada por Manuel Congo, na propriedade do fazendeiro Manoel Vieira dos Anjos, conhecido pelas torturas e maus tratos que infligia às pessoas escravizadas. Mariana Crioula juntou-se aos fugitivos, tomando a direção do grupo no qual ficou conhecida como a rainha do quilombo, fazendo par com Manuel Congo, o rei. O Quilombo de Manoel, Maria Crioula e seus 400 liderados conquistaram fama entre os escravos e pânico entre os proprietários. Sempre se aventuravam em outras fazendas, libertando seus irmãos cativos (Reis, 2015).

Para saber mais, consulte: REIS, Adriano. *Haja História. 20 de novembro Luta de tantas Marias*. Disponível em http://hajahistoria.blogspot.com/2015/11/20-de-novembro-luta-de-tantas-marias_22.html. Foto: Coletivo Mariana Crioula (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta)



MARIA FIRMINA DOS REIS – Nasceu em São Luís do Maranhão, em 11 de março de 1822. Ficou órfã aos 5 anos, sendo criada pela tia materna. Formou-se professora e exerceu, por muitos anos, o magistério, chegando a receber o título de "Mestra Régia". Em 1847, com 25 anos, venceu concurso público para a Cadeira de Instrução Primária na cidade de Guimarães (MA) e, ao se aposentar, no início da década de 1880, fundou, na localidade de Maçaricó, a primeira escola mista e gratuita do Maranhão e do país. Atuou como folclorista, na recolha e preservação de textos da cultura e da literatura oral, e também como compositora, sendo responsável, inclusive, pela composição de um hino em louvor à abolição da escravatura. A escritora trouxe a público três narrativas de ficção, sendo um deles, *Úrsula*, de 1859, o primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina e primeiro romance abolicionista de autoria feminina na língua portuguesa. Maria Firmina dos Reis faleceu em 1917, pobre e cega, no município de Guimarães (LITERAFRO, 2020).

Para saber mais, consulte: a) LITERAFRO. *Autoras – Maria Firmina dos Reis*, 2020. Disponível em www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis; b) SCHWARCZ, Lilian. *Biografia – Maria Firmina dos Reis*. Video. 2019; c) ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. São Paulo: Pôlen, 2017. Foto: Flory Gama (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



TIA CIATA – Hilária Batista de Almeida (Tia Ciata) nasceu na Bahia em 1854, mas se mudou para o Rio de Janeiro quando tinha 22 anos de idade. Como muitas baianas da época, era grande quituteira. Começou a trabalhar com o seu tabuleiro na rua Sete de Setembro, sempre vestida de baiana. Com tino comercial, também alugava roupas típicas para o teatro e para o carnaval. Em sua casa, as festas eram famosas. Sempre celebrava seus orixás, sendo as festas de Cosme e Damião e de Nossa Senhora da Conceição as mais prestigiadas. Mas também promovia festas profanas, nas quais se destacavam as rodas de partido-alto. Eram nessas rodas em que se dançava o miudinho, uma forma de sambar de pés juntos, na qual Ciata era mestra. Dos seus frequentadores habituais, que incluíam Pixinguinha, Donga, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, Sinhô e Mauro de Almeida, nasceu o samba. A música *Pelo telefone* foi o primeiro samba registrado, no final de 1916, e virou sucesso no carnaval de 1917. As chamadas "tias" baianas tiveram um papel preponderante no cenário de surgimento do samba no Rio de Janeiro, no final do século 19 e início do 20. Tia Ciata morreu em 1924, na cidade do Rio de Janeiro (A cor da Cultura, 2012).

Para saber mais, consulte: a) A cor da Cultura. *Heróis de Todo Mundo. Tia Ciata Hilária Batista de Almeida*, 2012. Disponível em <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/tiaciata>, acesso em 07/04/2020; b) BRANDÃO, Leci. *Tia Ciata por Leci Brandão*. Vídeo, 2012. Disponível em www.youtube.com/watch?v=1IdzCZXkW4k; c) IPHAN. *Inauguração da Casa da Tia Ciata*. Vídeo. 2016. Disponível em www.youtube.com/watch?v=S3XcEsIE1QQ. Foto: Casa da Tia Ciata (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta)



ANTONIETA DE BARROS – Nasceu em 11 de julho de 1901, em Florianópolis. Educadora e jornalista atuante, teve que romper muitas barreiras para conquistar espaços que, em seu tempo, eram inusitados para as mulheres – e mais ainda para uma mulher negra. Deu início às atividades como jornalista na década de 1920, criando e dirigindo em Florianópolis o jornal *A Semana*, mantido até 1927. Na mesma década, dirigiu o periódico *Vida Ilhoa*, na mesma cidade. Como educadora, fundou o Curso Antonieta de Barros, que dirigiu até a sua morte, em 1952, além de ter lecionado em outros três colégios. Manteve intercâmbio com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e receberem votos, filiou-se ao Partido Liberal Catarinense, que a elegeu deputada estadual. Tornou-se, desse modo, a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil e a primeira mulher a integrar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Fundação Cultural Palmares, 2013).

Para saber mais, consulte: a) ASCOM. Fundação Cultural Palmares. *Antonieta de Barros*. 2013. Disponível em www.palmares.gov.br/?p=26651; b) Videoteca. *Antonieta de Barros – Heróis de Todo Mundo*. 2012. Disponível em www.youtube.com/watch?v=pcdtaQHdtz4. Foto: Portal Geledés (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



LAUDELINA DE CAMPOS MELO – Nasceu em Poços de Caldas (MG), em 1904. Sua mãe era empregada doméstica e doceira na cidade. Ela perdeu o pai, que era lenhador, aos 12 anos em um acidente de trabalho e teve que abandonar a escola ainda no primário para cuidar dos cinco irmãos menores e ajudar a mãe nos preparos dos doces. Antes de completar 18 anos, Laudelina teve sua primeira experiência como empregada doméstica. Nesse momento nasceu a indignação com o cotidiano marcado pelo racismo dos patrões, além da exploração e más condições do trabalho doméstico. Criadora do Sindicato das Domésticas de Campinas (SP), em 1936, o primeiro do Brasil, ela teve uma trajetória que combinou, de forma singular, a luta pela valorização do emprego doméstico, o feminismo e o ativismo pela igualdade racial. Laudelina Campos de Melo morreu dia 22 de maio de 1991, em Campinas (GELEDES, 2014).

Para saber mais, consulte: a) GELEDES. *Laudelina Campos de Melo, a Heroína Negra que Lutou para Garantir os Direitos às Domésticas no Brasil*, 2014; b) Entrevista da Professora Doutora em Psicologia Social na UFBA Elisabete Pinto, para o canal da Casa Laudelina de Campos Melo. Foto: Portal Geledés (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



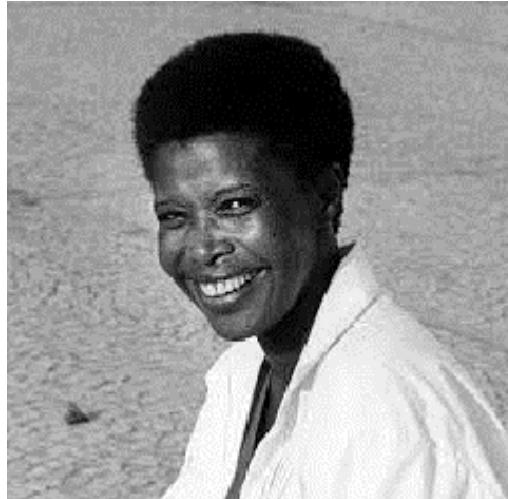
CAROLINA MARIA DE JESUS – Nasceu em Sacramento (MG), em 14 de março de 1914. De origem muito humilde, estudou apenas por dois anos em colégio mantido pela patroa de sua mãe, que era lavadeira. Mudou-se para São Paulo em 1947, passando a viver com seus três filhos na favela do Canindé. A luta para driblar a fome e a sede de conhecimentos era grande. Catava papeis, ferros e outros materiais recicláveis nas ruas da cidade e os revendia para comprar o pão do dia seguinte, lia de tudo que encontrava e das folhas recolhidas no lixo passou a registrar o cotidiano da favela, vindo a ser mais tarde o seu grande sucesso de vendas *Quarto de Despejo*. O livro, grande sucesso editorial, foi traduzido e distribuído para diversos países. No entanto, Carolina Maria de Jesus morreu no ostracismo quando seus livros já não tinham tanta tiragem, em 1977, no sítio onde morava em Parelheiros, região da cidade de São Paulo (LITERAFRO, 2020).

Para saber mais, consulte: a) LITERAFRO. *Carolina Maria de Jesus. Femininos. Dados Biográficos*. Disponível em www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus, acesso em 03/04/2020; b) CANAL CURTA. *Quem foi Carolina de Jesus*. Vídeo. 2018. Disponível em www.youtube.com/watch?v=6P_q9O3VtIU. Foto: Arquivo Nacional (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



LÉLIA GONZALEZ – Intelectual negra e ativista, nasceu em 1º de fevereiro de 1935, em Minas Gerais, filha de Accacio Serafim d'Almeida e de Orcinda Serafim d'Almeida. Foi Professora universitária e chefa do Departamento de Sociologia e Política na PUC-Rio. Estudou sobre os negros da diáspora, desenvolveu o conceito de amefricanidade. Teve seu livro *Festas Populares no Brasil* premiado na Feira de Frankfurt. É autora também de *Lugar do Negro*, em coautoria com Carlos Hasenbalg. Escreveu teses, artigos e obras coletivas. Era uma ativista incansável. Participou da criação de vários movimentos, como Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, do Rio de Janeiro, e do Olodum, da Bahia, destacando-se no Movimento Negro Unificado (MNU), do qual foi uma das fundadoras. Atuou no Conselho dos Direitos da Mulher (CNDM) de 1985 a 1989. Faleceu vítima de problemas cardíacos no Rio de Janeiro no dia 10 julho de 1994 (GELEDES, 2012).

Para saber mais, consulte: a) GELEDES. *Hoje na História, 1935, nascia Lélia Gonzalez.* 2012; b) RODRIGUES, Carla. Revista Cult. *Leiam Lelia Gonzalez.* 2020. Foto: Acervo JG/Foto Januário Garcia (Grupo 3 – *Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta*)



MARIA BEATRIZ DO NASCIMENTO – Nasceu em 12 de julho de 1942, em Aracaju, mas por volta de 1950 foi, juntamente com sua família, para o Rio de Janeiro. Formou-se em história e concluiu o curso de pós-graduação, participando da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças, em 1974, cujo objetivo era dar visibilidade aos estudos de temática racial. Foi professora, intelectual e pesquisadora, dedicando-se especialmente aos estudos sobre o racismo e os quilombos, poetisa, ativista, e autora do filme *Ori*, sob a direção de Raquel Gerber. Faleceu em 1995, vítima de violência ao defender uma amiga de seu companheiro agressor. Seu acervo foi doado ao Arquivo Nacional. Em 2016, a biblioteca da instituição recebeu o seu nome, em reconhecimento à sua trajetória de luta (VERISSIMO, 2019).

Para saber mais, consulte: a) VERISSIMO, Tassia. Serie *Mulheres e o Arquivo. Maria Beatriz Nascimento*. 2019 www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/1622-serie-mulheres-e-o-arquivo-maria-beatriz-nascimento; b) A Cor da Cultura. *Heróis de Todo Mundo – Beatriz Nascimento*, por Tatiana Godoy. 2011. Foto: Arquivo Nacional (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta)



LUIZA BAIRROS – Luiza Helena de Bairros nasceu em 1953, em Porto Alegre. Filha de uma dona de casa e um militar, cursou administração pública e administração de empresas, fez mestrado em ciências sociais e doutorado em sociologia pela Universidade de Michigan. Em 1979, mudou-se para Salvador, onde passou a integrar o Movimento Negro Unificado (MNU), participou do Grupo de Mulheres e foi eleita Coordenadora Nacional em 1991. Permaneceu ali até 1994. Foi uma intelectual e ativista que teve por foco a luta contra a discriminação racial. Escreveu livros e artigos sobre racismo e sexismos e atuou como consultora das Nações Unidas no Brasil na 3º Conferência Mundial contra o Racismo e em projetos de interesse da população afro-brasileira. Recebeu, em 2011, a medalha Zumbi dos Palmares, em 2013, o título de Cidadã Baiana e, em 2016, o certificado Bertha Lutz, entregue pelo Senado a pessoas com destaque na luta pelos direitos das mulheres. Foi ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 2011 a 2014, deixando um legado importante de políticas de estado no combate ao racismo. Faleceu em 12 de julho de 2016, vítima de um câncer no pulmão (PALMARES, 2013 e BORGES, 2017).

Para saber mais, consulte: a) BORGES, Pedro. *Luiza Bairros, uma referência que fica*. 2017. Disponível no site www.almapreta.com; b) ASCOM. Fundação Cultural Palmares. *Luiza Bairros*. 2013. Disponível em www.palmares.gov.br/?p=26676. Foto: Fundação Cultural Palmares (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta)



MARIELLE FRANCO – Marielle Francisco da Silva (1979-2018), conhecida publicamente como Marielle Franco, foi uma política brasileira. Era filha de Marinete da Silva e Antônio Francisco da Silva Neto e tinha como irmã Anielle Franco. Formada em sociologia pela PUC-Rio e com mestrado em administração pública pela UFF, despertou para a política e foi eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) no ano de 2016, com 46.502 votos, sendo a quinta vereadora mais votada. Marielle era uma mulher negra, feminista, pobre, criada na favela e lésbica, que pautou sua atuação política na defesa das minorias, presidiu a Comissão da Mulher da Câmara Municipal, foi defensora dos direitos humanos e das causas LGBTQIA+. No dia 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, uma quarta-feira, o carro onde estava Marielle foi atingido por 13 tiros que tiraram a vida dela e do motorista Anderson Pedro Gomes. Na ocasião Marielle tinha 38 anos e o motorista, 39 (FUKS, 2020).

Para saber mais, consulte: a) FUKS, Rebeca. *Biografia de Marielle Franco*. Disponível em www.ebiografia.com/marielle_franco/, acesso em 13/05/2020; b) Site: www.mariellefranco.com.br/relatorio-comissao-da-mulher. Foto: Instituto Marielle Franco (Grupo 3 – Heroínas Negras e Indígenas Populares – Visibilizando outras Mulheres de Luta)